

## Teste de recuperabilidade – “Impairment test”

A informação tem sido considerada o principal insumo para a obtenção de um conhecimento maior acerca das decisões que devem ser tomadas no âmbito das organizações. Isto implica a disponibilização de informações úteis e confiáveis aos gestores sobre os eventos empresariais. As informações sobre os eventos patrimoniais, particularmente, são transmitidas aos usuários na forma de relatórios.<sup>1</sup>

Os múltiplos usuários requerem uma Contabilidade adequada para evidenciar e mensurar os elementos que compõem o patrimônio da empresa, particularizando nesta pesquisa, os elementos do ativo imobilizado, tendo em vista a certa dificuldade, em mensurar o valor econômico decorrente de seu uso. Há, portanto, a necessidade de encontrar o *fair value* (valor justo) para os itens do ativo não circulante.<sup>2</sup>

As empresas brasileiras que negociam suas ações nos EUA, as chamadas *ADRs* (American Depositary Receipts), antes mesmo de inserir suas ações neste mercado, precisam adequar suas demonstrações financeiras à realidade contábil daquele país. Quando necessário, precisam também utilizar os conceitos de *fair value* e de *impairment test*. Isto é mais nítido em empresas brasileiras com *ADRs* nível III, cujo grau de normatização é mais exigente. Contudo, não se tem encontrado pesquisas que investiguem a mensuração do valor econômico dos ativos imobilizados através de uma integração entre o *fair value* e o *impairment test*.

Neste sentido, o objetivo da pesquisa consiste em verificar como a Contabilidade Financeira pode mensurar o valor econômico decorrente do uso dos ativos imobilizados de empresas brasileiras com *ADRs* nível III, tendo por base uma integração entre o *fair value* e o *impairment test*.

O teste de recuperabilidade, conhecido como “*Impairment test*” tem por objetivo apresentar de forma prudente o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou de utilização nas atividades.

---

<sup>1</sup> Chamamos de usuários externos aqueles investidores, fornecedores ou mesmo agentes públicos, cujo acesso às demonstrações contábeis tem sido, em geral, através de papéis publicados. Os usuários internos, como gestores e funcionários da organização, acessam os relatórios contábeis gerenciais elaborados pela contabilidade com múltiplas funções, principalmente no suporte ao processo decisório.

<sup>2</sup> Para tanto, tem-se vislumbrado no *impairment test* (teste de recuperabilidade do custo) uma possibilidade de atribuir o valor justo para os itens do ativo imobilizado.

A essência do teste de recuperabilidade é evitar que um ativo esteja registrado por um valor maior que o valor recuperável; o teste busca verificar se o ativo não está desvalorizado em relação ao valor real. Um ativo estará desvalorizado quando o valor contábil registrado é maior que o valor recuperável, por venda ou por uso. Entenda-se por valor contábil o valor que o ativo está apresentado no balanço patrimonial; ou seja, pelo valor histórico deduzido de depreciação, exaustão ou amortização acumulada e de provisão para perda, se existir.

Para os ativos destinados à venda ou realização direta em dinheiro, a recuperabilidade se dá pela comparação dos valores contábeis com os valores de venda ou de provável recebimento; já para os ativos destinados ao uso, para verificação da recuperabilidade considera-se o valor de venda ou o valor de uso, definido este último como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, prevalecendo dos dois o maior, para comparação com o valor contábil.

Como resultado da aplicação do teste de recuperabilidade, compatível com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais, não será mais aceito a existência de qualquer ativo, num balanço patrimonial, por valor superior ao que ele é capaz de produzir de caixa líquido para a entidade, pela sua venda ou pela sua utilização, ou seja, atualmente um ativo deverá ser apresentado pelo valor que ele será capaz de se transformar em dinheiro.<sup>3</sup>

Constatada a perda de valor recuperável deve-se reconhecê-la imediatamente no resultado ou como redução da reserva de reavaliação, se aplicável, que poderá ser revertida se e quando desaparecerem as razões que levaram à sua constituição, com exceção da perda na recuperabilidade (*impairment*) do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), que não poderá ser revertida.<sup>4</sup>

Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC Pronunciamento CPC-01 em 2007:

A Redução do Valor Recuperável de Ativos visa assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda. Caso existam evidências claras de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas.

<sup>3</sup> O teste de recuperabilidade poderá diminuir o valor registrado de um ativo e não aumentá-lo, como era o caso do procedimento de reavaliação.

<sup>4</sup> A contrapartida da perda por desvalorização será reconhecida na reserva de reavaliação quando o bem testado já havia sido reavaliado, para mais, em períodos anteriores, de acordo com as normas de reavaliação de ativos.

O assunto é abordado na Lei N.º6.404/76, art. 183, parágrafo 3.º, com redação dada pela Lei n.º 11.638/07 e modificado pela MP 449/08, da seguinte forma:<sup>5</sup>

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam:

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (Incluído pela Lei nº 11.638 de 2007)

A entidade deve avaliar, no mínimo ao fim de cada exercício social, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação de desvalorização, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo por meio de um teste de recuperabilidade. Contudo, independentemente de existir ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável, uma entidade deverá:

- ✓ Testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. Esse teste de redução ao valor recuperável poderá ser executado a qualquer momento no período de um ano, desde que seja executado, todo ano, no mesmo período. Ativos intangíveis diferentes podem ter o valor recuperável testado em períodos diferentes. Entretanto, se tais ativos intangíveis foram inicialmente reconhecidos durante o ano corrente, deverão ter a redução ao valor recuperável testada antes do fim do ano corrente; e
- ✓ Testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) em uma aquisição de entidades.

---

<sup>5</sup> O *Impairment Test* ou o Teste de Recuperabilidade dos Ativos foi regulamentado em 2007 no Brasil através da CPC-01 e posteriormente pela CVM.

Note que mesmo que não exista uma indicação de desvalorização os ativos intangíveis deverão ser avaliados, no mínimo anualmente. As indicações de desvalorização de um ativo podem ser medidas por meio de fatores internos ou externos á empresa, por exemplo:

➤ Fontes externas

- a. Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- b. Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- c. As taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor em uso de um ativo em uso e diminuirão significativamente o valor recuperável do ativo;
- d. O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;

➤ Fontes internas

- a. Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- b. Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será usado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de um ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de um ativo como finita ao invés de indefinida; e
- c. Evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

A recuperabilidade de ativos já vinha sendo utilizada na contabilidade quando a empresa registrava a provisão para perdas nos créditos (PDD/PCLD), quando avaliava o estoque pela regra de custo de aquisição ou valor de mercado - dos dois o menor, quando efetuava o registro de provisão para perdas em investimentos etc.

Por exemplo, uma empresa tem 200.000,00 de duplicatas a receber, entretanto entende que terá uma inadimplência de 20.000,00, assim o realizável líquido das duplicatas é de 180.000,00. Como é uma provisão para perda e não uma perda efetiva a apresentação no balanço patrimonial será da seguinte forma;

Duplicatas a receber	= 200.000
Provisão para devedores duvidosos	= 20.000
Realizável líquido	= 180.000

A Lei 11.638/07 somente introduziu uma maior abrangência desse teste sobre a recuperabilidade, passando a incluir os subgrupos do imobilizado e intangível, não mencionados explicitamente até então. Para aplicar o teste de recuperabilidade nestes grupos a administração deverá, no mínimo, executar as seguintes etapas:

### 1 – Determinar o valor contábil líquido do bem

O valor contábil líquido de um bem é determinado pelo custo histórico diminuído da depreciação/amortização ou exaustão acumulada e de provisões para perdas.

Máquina	= 200.000
Dep. acumulada	= 80.000
Valor contábil	= 120.000

### 2 – Determinar o valor recuperável do bem

O valor recuperável de um bem pode ser determinado de duas formas:

a) pelo valor líquido de venda =

O valor líquido é o valor justo de venda (valor acertado) diminuído dos custos da transação (despesas de cartório, de transporte, de montagem ou desmontagem etc.):

Preço de venda	= 120.000
(-) Custo da venda	= 20.000
(=) Valor líquido de venda	= 100.000

b) pelo valor líquido de uso =

O valor líquido de uso é determinado pelo valor presente líquido de fluxo de caixa que será gerado pelo uso do bem nas atividades ou na produção. Deve ser feita uma prospecção futura de receitas e deduzir os custos relacionados às receitas que serão geradas.<sup>6</sup>

Receita de produção esperada	= 180.000
(-) Custo da produção esperada	= 100.000
(=) Fluxo de caixa futuro líquido	= 80.000

### 3 – Comparações entre o valor contábil e o valor recuperável

Nesta fase é aplicado o teste de recuperabilidade por meio de uma comparação entre o valor contábil do bem e o seu valor recuperável.

Valor contábil do bem	= 120.000
(-) Valor recuperável	= 100.000
(=) Perda com desvalorização de ativo	= 20.000

Quando ficar identificado que o valor de realização do ativo é maior que o seu valor contábil, não será necessário nenhum tipo de registro. Entretanto, se o valor realizável do ativo for menor que o valor contábil a empresa deverá efetuar o ajuste de emparelhamento, por meio do seguinte lançamento contábil:

D – Despesa não operacional – perda com desvalorização de ativo	20.000
C – Provisão para perda com desvalorização de ativo	20.000

Caso em período futuro o ativo tenha o seu valor aumentado após uma nova avaliação de recuperabilidade, o valor ajustado não poderá ultrapassar o valor inicial do bem, desde a sua primeira avaliação, ou seja, se na primeira avaliação o bem teve o seu valor diminuído, este valor será reconhecido como despesa; caso em nova avaliação o valor do ativo aumentou, a empresa somente poderá reconhecer o aumento até o valor registrado antes da primeira avaliação.

<sup>6</sup> Observar que o valor recuperável líquido é o maior dos dois, neste caso é o valor líquido de venda.

**Exemplo prático:**

De acordo com as normas de contabilidade, qual o valor a ser registrado no ativo imobilizado, após a feitura do teste de recuperabilidade, sabendo que:

A Companhia de Aços Zeus possui uma máquina avaliada em 300.000, com depreciação acumulada de 100.000. Sabe-se que, se a empresa vender este bem por 220.000 (fair value) terá um custo de venda de 40.000.

Caso a empresa não vendesse o imobilizado e continuasse utilizando-o no processo produtivo, seria capaz de produzir:

- 1º ano 4.000 unidades
- 2º ano 3.000 unidades
- 3º ano 2.000 unidades
- 4º ano 1.000 unidades

O preço de venda do produto \$ 70,00 por unidade. Os gastos médios incorridos na produção e venda de uma unidade do produto é \$55,00.

**Resolução:**

1) Estabelecer o valor contábil do bem:

Bem	= 300.000
Depreciação acumulada	= 100.000
Valor contábil	= 200.000

2) Calcular o valor recuperável;

a) pela venda –

Valor de venda	= 220.000
(-) Custo da venda	= 40.000
(=) recuperável por venda	= 180.000

b) pelo uso:

Receita de produção	= 10.000 unidades x \$ 70.00 = \$ 700.000
(-) Custo de produção	= 10.000 unidades x \$ 55.00 = \$ 550.000
(=) Fluxo de caixa futuro líquido	= \$150.000

3. Efetuar o teste de recuperabilidade

Valor contábil líquido	= 200.000
Valor recuperável	= 180.000
(=) perda por desvalorização	= 20.000

Neste caso a empresa deverá registrar uma perda por desvalorização da máquina em relação ao seu valor de realização de \$ 20.000. A máquina ficaria registrada da seguinte forma no ativo imobilizado:

Máquina	= 300.000
Depreciação acumulada	= (100.000)
Provisão para perda por desvalorização	= (20.000)
<b>Valor realizável líquido</b>	<b>= 180.000</b>

- Para determinar o fluxo de caixa líquido anual o calculo é o seguinte:

Companhia de Aços Zeus

Ano	Receitas	Gastos	FC Anual	Total
1º	4.000 * 70,00 = 280.000	4.000 * 55,00 = 220.000	60.000	60.000
2º	3.000 * 70,00 = 210.000	3.000 * 55,00 = 165.000	45.000	105.000
3º	2.000 * 70,00 = 140.000	2.000 * 55,00 = 110.000	30.000	135.000
4º	1.000 * 70,00 = 70.000	1.000 * 55,00 = 55.000	15.000	150.000